

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 7 a 11 de janeiro, em Brasília.

PRIMEIRA SEMANA EXPÕE NECESSIDADE DE MAIOR ALINHAMENTO DO NOVO GOVERNO.

A falta de alinhamento e desencontros na fala de seus interlocutores tem preocupado a equipe do novo governo. A situação, comum no início de novas administrações, chamou atenção na semana passada justamente por ter como principal personagem o presidente Jair Bolsonaro. Em uma sequência de deslizes, Bolsonaro antecipou elementos da proposta de Reforma da Previdência, sem que ela estivesse devidamente fechada pela equipe econômica, e ainda falou sobre a possibilidade de aumento do IOF, que foi negada pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra. O desconforto com a questão levou ao cancelamento de um evento na agenda do ministro Paulo Guedes (Economia) no Rio de Janeiro.

A necessidade de alinhamento entre os membros da nova administração deve ser tratada na reunião do conselho ministerial desta terça (8). Além disso, o tema será tratado pelo secretário de Comunicação de Bolsonaro, Floriano Barbosa, em reunião com os assessores de imprensa dos ministros para definir uma linguagem comum e evitar desencontros.

A questão é delicada, especialmente em vista do momento de avaliação do mercado sobre o novo Governo e de negociações em torno das eleições para as Presidências da Câmara e do Senado. Após obter o apoio do PSL e PRB, Rodrigo Maia (DEM/RJ) segue como o favorito entre os deputados e avalia contar com 218 dos 257 votos necessários para sua eleição. Ele espera ainda que a adesão do PSDB (29) e segue em negociação com o NOVO (8) e PDT (28) nesta semana. No Senado a disputa ainda está mais aberta, com o senador Renan Calheiros (MDB/AL) como o favorito até o momento. Contudo, espera-se que movimentos de consolidação de candidaturas de seus oponentes possam ocorrer ao longo dos próximos dias, deixando mais acirrada a disputa.

A expectativa é que a semana conte com anúncios na esfera administrativa. O governo deve publicar uma Medida Provisória contra fraudes na Previdência, com foco no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Na quinta (10), cada ministério deve elencar as políticas prioritárias dentro de sua área de atuação e avaliação dos atos do Governo Temer publicados nos últimos 60 dias. Enquanto isso, segue a reformulação do corpo técnico da Esplanada, com grande fluxo de demissões ao longo dos próximos dias.

Destaques da Semana

Terça

- Bolsonaro reúne seu [Conselho Ministerial](#).

Quinta

- Os novos ministros anunciam as [prioridades de cada Pasta](#).

Poder Executivo

Presidência da República

[Agenda do Presidente](#) – Jair Bolsonaro participou nesta segunda (7) das cerimônias de posse e transmissão de cargo dos presidentes do Banco do

	<p>Brasil, Rubem Novaes; Caixa Econômica, Pedro Guimarães; e do BNDES, Joaquim Levy. Na parte da tarde, encontrou-se com o 1º vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado Fábio Ramalho (MDB/MG), e com o ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes. Na terça (8), o presidente se reunirá com seu conselho ministerial. A previsão é que o colegiado se reúna todas as terças-feiras.</p>
<p>Casa Civil</p>	<p>Agenda do Ministro – Onyx Lorenzoni reuniu-se nesta segunda (7) com a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, e participou das cerimônias de posse e transmissão de cargo dos presidentes do Banco do Brasil, Rubem Novaes, CAIXA, Pedro Guimarães, e do BNDES, Joaquim Levy. Almoçou com o ministro da Economia, Paulo Guedes, e reuniu-se na parte da tarde com o presidente Bolsonaro, e com o ministro da Saúde, Luiz Mandetta.</p>
<p>GSI Gabinete de Segurança Institucional</p>	<p>Agenda Internacional – Diretor do Gabinete de Segurança Institucional, o contra-almirante Antônio Capistrano De Freitas Filho, ficará afastado entre os dias 5 e 10 de janeiro para realizar visita à Divisão de Laboratórios Ambientais da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), no Principado de Mônaco.</p>
<p>MJ Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>Agenda do ministro – o ministro Sérgio Moro realizou nesta segunda (7) reuniões e despachos internos no gabinete em Brasília.</p>
<p>MAPA Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento</p>	<p>Agenda da ministra – Tereza Cristina reuniu-se na manhã dessa segunda (7) com o ministro da Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e participou das cerimônias de posse e transmissão de cargo dos presidentes do Banco do Brasil, Rubem Novaes, CAIXA, Pedro Guimarães, e do BNDES, Joaquim Levy. Finalizou o dia em uma audiência com deputado Vicentinho Junior (PR/TO).</p>
<p>MDH Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</p>	<p>Agenda da ministra – Damares Alves reuniu-se hoje (7) com a representante da UNESCO no Brasil, Marlova Noletto, e com o presidente substituto da Funai, Rodrigo Paranhos Faleiro.</p>
<p>MCTIC Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações</p>	<p>Agenda do ministro – Marcos Cesar Pontes realizou nesta segunda (7) despachos internos no gabinete em Brasília.</p>
<p>MD Ministério da Defesa</p>	<p>Agenda do ministro – Fernando Azevedo participou nesta segunda (7) de reunião no Comando da Aeronáutica.</p>
<p>MDR Ministério da Integração Nacional</p>	<p>Agenda do Ministro – Hoje (7), Gustavo Canuto participou das cerimônias de posse e transmissão de cargo dos presidentes do Banco do Brasil, Rubem Novaes, CAIXA, Pedro Guimarães, e do BNDES, Joaquim Levy.</p>

Ministério da Cidadania

Ministério da Cidadania

Agenda do Ministro – **Osmar Terra** participou nesta segunda (7) das cerimônias de posse e transmissão de cargo dos presidentes do Banco do Brasil, **Rubem Novaes**, CAIXA, **Pedro Guimarães**, e do BNDES, **Joaquim Levy**. No começo da tarde reuniu-se com a assessoria de comunicação e fechou o dia com uma audiência com o ministro da Infraestrutura, **Tarcísio Gomes de Freitas**.

Ministério da Economia

Ministério da Economia

Agenda do Ministro – Ao longo do dia de hoje (7), **Paulo Guedes** participou das cerimônias de posse e transmissão de cargo dos presidentes do Banco do Brasil, **Rubem Novaes**, CAIXA, **Pedro Guimarães**, e do BNDES, **Joaquim Levy**. Reuniu-se ainda com o ministro **Onyx Lorenzoni** (Casa Civil); o presidente do Conselho de Administração do Bradesco, **Luiz Carlos Trabuco**, e o presidente e fundador da XP Investimentos, **Guilherme Benchimol**.

Agenda do secretário – O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade, **Carlos Alexandre da Costa**, lançará nesta terça (8) os trabalhos da secretaria. No evento ocorrerá a apresentação do secretário executivo, Igor Calvet, do secretário de Indústria, Caio Megale, e divulgação da produção industrial de novembro pelo IBGE.

BACEN

Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Ilan Goldfajn** participará sexta (11) da abertura do lançamento da coleção “História Contada do Banco Central do Brasil”, às 14h30, no Rio de Janeiro. O evento contará com a presença de 14 ex-presidentes do BACEN.

Boletim Focus – Os analistas do mercado financeiro baixaram a previsão de crescimento do PIB em 2019 e também passaram a estimar crescimento menor da taxa básica de juros, a Selic, neste ano. Para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019, a expectativa do mercado financeiro para expansão da economia recuou de 2,55% para 2,53%. O mercado baixou de 7,13% para 7% ao ano a previsão para a taxa de juros, a Selic, no fim deste ano. Atualmente, o juro básico da economia está em 6,50% ao ano, na mínima histórica. Com isso, os analistas seguem prevendo alta dos juros em 2019, mas em menor intensidade. O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central se reúne a cada 45 dias para definir a taxa Selic, com base no sistema de metas de inflação. Para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a inflação oficial do país, o mercado financeiro manteve a previsão estável em 4,01% para 2019. A meta central deste ano é de 4,25%, e o intervalo de tolerância do sistema de metas varia de 2,75% a 5,75%. Para 2018, os economistas das instituições financeiras mantiveram a expectativa de inflação inalterada em 3,69%. A expectativa do mercado segue abaixo da meta de inflação, que é de 4,5% para 2018, e dentro do intervalo de tolerância previsto pelo sistema. A meta terá sido cumprida se o IPCA ficar entre 3% e 6% em 2018.

MI

Ministério da Infraestrutura

Agenda do ministro – **Tarcísio Gomes** reuniu-se ao longo desta segunda (7) com o CEO do Citibank, **Marcelo Marangon**; o diretor-presidente da ANAC, **José Ricardo Botelho**, com o ministro **Osmar Terra** (Cidadania e Ação Social) e participou da cerimônia de transmissão de cargo do presidente da CAIXA, **Pedro Guimarães**.

MME

Ministério de Minas e Energia

Agenda do ministro – Bento Costa e Lima participou nesta segunda (7) de reunião com Conselho de Administração do CCEE, em Bela Vista/SP, e de cerimônia de transmissão do cargo de diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), em Butantã/SP.

MRE

Ministério das Relações Exteriores

Agenda do ministro – Ernesto Araújo participou nesta segunda (7) das cerimônias de posse e transmissão de cargo dos presidentes do Banco do Brasil, **Rubem Novaes**, CAIXA, **Pedro Guimarães**, e do BNDES, **Joaquim Levy**; e encontrou-se com quadros do Itamaraty em seu gabinete.

MS

Ministério da Saúde

Agenda do ministro – Luiz Mandetta reuniu-se nesta segunda (7) com o ministro **Onix Lorenzoni** (Casa Civil).

CGU

Controladoria-Geral da União

Agenda do ministro – o ministro Wagner Rosário realizou nesta segunda (7) despachos internos e reuniões no gabinete em Brasília.

Política

Proposta atualiza acordo sobre preferências comerciais entre países em desenvolvimento. O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1058/18 contém o Protocolo da Rodada São Paulo ao Acordo sobre o Sistema Global de Preferências Comerciais entre Países em Desenvolvimento (SGPC). O texto está em análise na Câmara dos Deputados. O SGPC busca promover e ampliar os laços comerciais entre os países em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, não somente em benefício próprio, mas também em benefício do comércio global. O acordo está em vigor no Brasil desde 1991 e atualmente conta com 43 países. A Rodada São Paulo foi lançada em junho de 2004 para revitalizar o SGPC. O acordo estabelece a concessão de margem de preferência de 20% na tarifa aplicada para os produtos da lista de concessões apresentadas pelos participantes. Também institui, entre os signatários, preferências comerciais a mais de 47 mil produtos. Na última rodada, foram compartilhadas preferências de 651 produtos. A proposta tramita em regime de urgência e será analisada pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. O texto também precisa ser votado pelo Plenário. Fonte: Agência Câmara Notícias.

Presidente da Petrobras nomeia novos diretores para estatal. O novo presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco nomeou novos diretores para a estatal. A Petrobras informou as indicações para as diretorias executivas de Refino e Gás Natural, Anelise Quintão Lara, e de Estratégia, Organização e Sistema de Gestão, Lauro Cotta. Adicionalmente, o presidente indicou Rudimar Andreis Lorenzatto para a diretoria executiva de Desenvolvimento da Produção & Tecnologia. Segundo a companhia, a diretora executiva de Exploração e Produção, Solange da Silva Guedes, o , diretor executivo de Assuntos Corporativos, Eberaldo de Almeida Neto, o diretor executivo de Governança e Conformidade, Rafael Mendes Gomes, e o diretor executivo Financeiro e de Relacionamento com Investidores, Rafael Salvador Grisolia, permanecem em suas funções. Na nota, a Petrobras explicou que os nomes indicados serão submetidos aos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo análises de conformidade e integridade necessárias ao processo sucessório da estatal e encaminhados para apreciação do Comitê de Indicação, Remuneração e Sucessão e posterior deliberação do Conselho de Administração. Anelise Quintão Lara ocupa atualmente a função de gerente executiva de Aquisições e Desinvestimentos na Diretoria Financeira e de Relacionamento com Investidores e Rudimar Andreis Lorenzatto é o atual gerente executivo de Sistemas Submarinos na Diretoria Executiva de Desenvolvimento da Produção e Tecnologia, ambos na Petrobras. Lauro Cotta foi diretor-presidente da Minasgás Distribuidora de Gás Combustível, SHV Gás Brasil e Supergasbras Energia e é membro do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). Fonte: Agência Brasil.

Pará também solicita apoio da Força Nacional de Segurança. O governo do Pará também solicitou ao ministro da Justiça, Sergio Moro, apoio da Força Nacional para reforçar o policiamento nas cidades do estado. O pedido foi realizado em razão dos altos índices de criminalidade registrado na região, conforme explicado em comunicado do site oficial da administração. Nesta sexta (4), Moro autorizou o envio da Força Nacional e de tropas federais ao Ceará para ajudar no combate à onda de ataques no estado. Por meio de ofício, o governador do estado, Helder Barbalho,

requereu o envio de 500 integrantes da Força Nacional para atuação "imediate" pela necessidade de preservar a ordem pública e contribuir na estruturação das forças de segurança pública no estado. O pedido também indicou a duração do apoio em seis meses. Segundo o Atlas da Violência 2018, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a taxa de homicídios do Pará no último dado disponível (relativo a 2016) era de 50,8 por 100 mil habitantes. O estado foi o quarto no ranking nacional neste indicador, perdendo para Rio Grande do Norte (53,2), Alagoas (54,2) e Sergipe (64,7). Ainda segundo o Atlas, entre 2006 e 2016, o aumento da taxa de homicídios no Pará foi 74,4%. Tiveram alterações maiores no mesmo período Ceará (86,3%), Bahia (97,8%), Acre (93,2%), Tocantins (119%), Sergipe e Maranhão (121%) e Rio Grande do Norte (256,9%). Fonte: Agência Brasil.

PECs do Congresso poderão ser votadas após o fim das intervenções. Concluídas as intervenções federais no Rio de Janeiro e em Roraima, o Congresso Nacional poderá promulgar propostas de emenda à Constituição. Entre as PECs em discussão no Congresso estão a que estabelece a reforma da Previdência Social; a que restringe o foro privilegiado; e a que prevê o direito à vida "desde a concepção", proibindo, na prática, o aborto, a prisão após a condenação em segunda instância e a maioria penal. Conforme o artigo 60 da Constituição, mudanças na Carta não podem ser promulgadas (incluídas no texto constitucional) enquanto estiver em vigor algum decreto de intervenção federal. A Constituição não veda a discussão nem a votação das PECs. Diante disso, na Câmara, o presidente Rodrigo Maia (DEM-RJ) suspendeu no ano passado a tramitação das PECs no plenário, permitindo discussões somente em comissões especiais. No Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE) suspendeu toda a tramitação das propostas. As PECs só podem ser promulgadas se tiverem o apoio mínimo de três quintos dos parlamentares (308 deputados e 49 senadores) em dois turnos de votação em cada Casa. Só na Câmara, há pelo menos 1.207 PECs em diferentes estágios de tramitação. No Senado, são ao menos 491. Fonte: G1 Notícias.

Reajuste do STF aumentou gasto da Câmara em R\$ 250 milhões. O presidente da Câmara, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) declarou neste sábado (5), durante uma visita a Goiânia, que o reajuste dos salários do Supremo Tribunal Federal (STF) aumentou o gasto da Câmara dos Deputados em R\$ 250 milhões neste ano com o pagamento dos servidores. Embora o aumento de 16,38% aprovado pelo Congresso e sancionado pelo governo em novembro tenha sido apenas para os magistrados da Suprema Corte, ele gera um "efeito cascata" nas carreiras do funcionalismo já que o salário dos ministros é referência para o teto pago no serviço público. Pelas regras, o que ultrapassa esse teto é descontado do salário do servidor, mecanismo chamado de abate-teto. Com o reajuste, o valor máximo, que era de R\$ 33.763,00, subiu para R\$ 39.293,32, elevando o abate-teto. De acordo com Maia, embora o salário dos parlamentares não tenha sido afetado pelo reajuste do STF, aumentou o teto do salário para os servidores. A declaração foi feita durante um encontro com o governador Ronaldo Caiado (DEM) para discutir a candidatura da presidência da Casa e as reformas defendidas pelo governo federal e estadual, especialmente na área econômica. Ele explicou ainda que a antecipação do pagamento do auxílio-mudança aos parlamentares não está ligada ao fato de estar em campanha para se reeleger como presidente da Câmara. Fonte: G1 Notícias.

Maioria da população é contra redução de leis trabalhistas e privatizações em série de estatais, diz Datafolha. Pesquisa do instituto Datafolha divulgada neste sábado (5) apontou que a maioria dos brasileiros é contra a redução de leis trabalhistas e a privatização "do maior número possível" de estatais. O Datafolha perguntou aos entrevistados: "O governo deve privatizar, ou seja, vender para empresas privadas, o maior número possível de estatais?" 60% disseram que discordam totalmente ou em parte. Na pergunta sobre se "é preciso ter menos leis trabalhistas", 57% responderam que discordam totalmente ou em parte. A pesquisa foi realizada em 18 e 19 de dezembro e ouviu 2.077 pessoas em 130 cidades. 40% se disseram favoráveis, totalmente ou em parte, à redução de leis trabalhistas. Outra pergunta da pesquisa foi: "Mulheres ganharem menos do que os homens é um problema das empresas e não do governo?" 37% disseram concordar totalmente ou em parte. 51% discordaram. O restante, não sabe ou não quis responder. A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou menos. Disseram que concordam totalmente ou em parte com as privatizações 34% dos entrevistados. Fonte: G1 Notícias.

Se idade mínima for menor que 65 anos, não pode haver regra de transição em reforma da Previdência. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou nesta sexta-feira que, caso o governo do presidente Jair Bolsonaro pretenda reduzir a idade mínima de aposentadoria na reforma da Previdência para menos de 65 anos, não pode haver uma regra de transição. O comentário de Maia foi feito após ser questionado por jornalistas, em São Paulo, sobre Bolsonaro ter defendido na véspera a fixação da idade mínima para a aposentadoria de 62 anos para homens e 57 anos para mulheres. A idade mínima de 65 anos, para homens, consta da última versão da reforma da Previdência que foi remetida ainda pelo governo do presidente Michel Temer à Câmara e que está parada aguardando ser votada no plenário da Casa. Nessa versão, a idade para as mulheres se aposentar é de 62 anos. Fonte: Reuters.

BNDES devolverá R\$ 100 bilhões ao Tesouro. O diretor financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Thadeu de Freitas disse que o banco tem capacidade de devolver neste ano R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional. A instituição tem ainda uma dívida de R\$ 260 bilhões para pagar ao Tesouro e tinha

acertado um cronograma de devolução que prevê uma parcela de R\$ 26 bilhões em 2019. A devolução maior está em linha com os planos de Guedes para o banco. Em seu discurso de posse, o novo ministro da Economia disse que mudará o papel dos bancos públicos, que devem focar mais nas pequenas empresas, que não têm acesso a outros financiamentos. Segundo ele, a ideia é concentrar a atuação do banco no longo prazo em infraestrutura e incentivos para as pequenas empresas. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Esquema da Petrobrás se repetia nos Estados. A Lava Jato é um “modelo” que será replicado no País como diretriz do plano anticrimes de Sérgio Moro, o agora ministro da Justiça e Segurança Pública, disse o procurador da República Roberson Pozzobon. Em 2018, a Lava Jato se consolidou como um modelo de investigação e atuação concentrada. As investigações da força-tarefa no Rio de Janeiro, que prendeu o governador Luiz Eduardo Pezão (MDB), e os avanços da operação em Curitiba, onde o grupo completa 5 anos em março e soma até aqui 57 fases deflagradas, mais de 260 prisões, 140 pessoas condenadas e 548 acordos de cooperação jurídica internacional, são exemplos. Em entrevista ao Estado, Pozzobon afirma que Moro no governo Jair Bolsonaro (PSL) e parte dos cabeças do “modelo Lava Jato” de força-tarefa em sua equipe devem mudar o cenário de combate à corrupção “para o prisma legislativo, para o prisma de política pública”. Combater a corrupção no Brasil hoje, com as “lacunas e falhas” da atual legislação criminal e penal, é como “enxugar gelo”, diz. O procurador prometeu novidades antes do carnaval na operação, falou sobre Lula, apurações sobre rodovias e políticos do PSDB, dos riscos de retrocesso e fez um balanço da Lava Jato em 2018 e expectativas para 2019. Fonte: O Estado de S. Paulo

Frente de juízes e promotores alerta Bolsonaro que supressão da Justiça do Trabalho é ‘grave violação à independência dos Poderes. A mais poderosa entidade integrada da magistratura e do Ministério Público, fórum que aloja 40 mil juízes, promotores e procuradores em todo o País, alertou neste domingo, 6, o presidente Jair Bolsonaro que a “supressão” ou a “unificação” da Justiça do Trabalho representa “grave violação” à independência dos Poderes. Em nota pública, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas) critica “qualquer proposta” de extinção da Justiça do Trabalho ou do Ministério Público do Trabalho. “A Justiça do Trabalho tem previsão textual no art. 92 da Constituição da República, em seus incisos II-A e IV (mesmo artigo que acolhe, no inciso I, o Supremo Tribunal Federal, encabeçando o sistema judiciário brasileiro). Sua supressão – ou unificação – por iniciativa do Poder Executivo representará grave violação à cláusula da independência harmônica dos poderes da República (CF, art. 2o) e do sistema republicano de freios e contrapesos”, afirma a nota da frente. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Senado deve manter votação secreta. O comando do Senado deve manter a eleição secreta para a presidência da Casa, em fevereiro, mesmo depois de o ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinar que o voto seja aberto. A decisão liminar (provisória) do ministro, tomada na véspera do recesso do Judiciário, enfraquece a candidatura de Renan Calheiros (MDB-AL). O senador aparece até agora com mais chances de vencer, porém é considerado um nome hostil ao governo Jair Bolsonaro. O Estadão/Broadcast apurou que, como forma de evitar uma disputa entre Poderes, o Senado decidiu não recorrer da liminar de Marco Aurélio, mas também não pretende, até o momento, cumpri-la. Procurado para falar sobre o assunto, o ministro do Supremo considerou a posição da Casa um “teste” para a democracia. “Vamos ver (como será a eleição), é um teste para sabermos como está a nossa democracia. A partir do momento em que se descumpra uma ordem do Supremo Tribunal Federal, tudo vale. Vira uma bagunça total”, afirmou o ministro. Não é a primeira vez que o Senado descumpra uma decisão de Marco Aurélio – quando Renan era presidente da Casa, em dezembro de 2016, os parlamentares ignoraram outra liminar do ministro que determinava o afastamento do emedebista do comando do Senado. Fonte: O Estado de S. Paulo.

Secretário de Estado afirma que Estados Unidos estão ‘entusiasmados’ com guinada à direita na América do Sul. O secretário de Estado Mike Pompeo disse que os Estados Unidos estão “muito entusiasmados” com a guinada da América do Sul à direita, liderada pelo governo Jair Bolsonaro no Brasil, e agradeceu particularmente a oferta do novo presidente para a instalação de uma base militar em solo brasileiro no futuro: “Nós ficamos satisfeitos”. Em entrevista concedida por telefone ao Estado, sexta (4), Pompeo disse que a recondução de Nicolás Maduro na Venezuela é “inaceitável” e alertou contra a “atividade predatória” da China. Ambos foram temas de Pompeo em sua vinda a Brasília para a posse de Bolsonaro. Fonte: O Estado de S. Paulo.

PP está fora do bloco com Maia, diz líder do partido. O PP, partido que tem a terceira maior bancada da Câmara, com 37 deputados, decidiu abandonar a candidatura de Rodrigo Maia (DEM-RJ) à reeleição como presidente da Casa. “O PP está fora do bloco com Maia”, disse à Folha nesta sexta-feira (4) o deputado Arthur Lira (AL), líder do partido na Câmara. Fonte: Folha de S. Paulo

Estudo aponta tendência de apoio consistente de deputados a Bolsonaro. Apesar de uma base, por ora, instável na Câmara dos Deputados, o governo Jair Bolsonaro (PSL) não deve ter dificuldade em conseguir maioria para aprovar pautas de seu interesse, sobretudo as econômicas. Uma projeção do Diap (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) aponta que o governo largará com apoio consistente de 255 deputados e uma oposição de 141

parlamentares --menor apenas das que enfrentaram Fernando Collor e Lula em seu primeiro governo. Fonte: Folha de S. Paulo

Aumento de ICMS na crise foi usado para pagar aposentadoria de servidor. Vinte estados e o Distrito Federal aumentaram nos últimos dois anos várias alíquotas de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e de Serviços) para compensar perdas de arrecadação. A maior parte do dinheiro, no entanto, não foi destinada a custeio ou investimentos, mas ao pagamento de aposentadorias de servidores que têm deixado a ativa em escala sem precedentes, provocando rombos bilionários nas contas estaduais. Nos últimos quatro anos, o déficit previdenciário nos estados praticamente dobrou e se aproxima rapidamente de R\$ 100 bilhões. Fonte: Folha de S. Paulo

Encargos sociais desestimulam geração de emprego e aportes. Os encargos sociais – que somam 109,75% do que as empresas pagam ao governo federal para contratar um funcionário – são considerados hoje uma das principais barreiras para atração de investimentos e a geração de empregos no País, como mostra levantamento realizado pela consultoria Ayuso & Associados. Com mais de 12,9 milhões de pessoas desempregadas, o Brasil é atualmente o campeão mundial nos tributos ao trabalho. Isso sem falar no excesso de dias parados ao longo dos 365 dias do ano, de acordo com o estudo coordenado pelo contador, professor da Unip Campinas e diretor da Ayuso & Associados, Antonio Carlos Ayuso. O estudo, que serve para orientar empresas e investidores nacionais e internacionais, chegou à conclusão de que um funcionário no Brasil teve apenas 275 dias produtivos. Em 2018, um trabalhador passou 90 dias longe da empresa: Descanso Remunerado (52 dias), Dias de férias (26 dias), Feriados (12 dias), o que se chegou a um total de 90 dias parados. Fonte: DCI

Defasagem na tabela do IR é de 95,4%. Mesmo com o processo de queda da inflação, a defasagem da tabela de incidência do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) acumula 95,4% desde 1996, segundo o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco Nacional). Na prática, isso significa que a faixa de isenção do IR atual que vale para quem ganha até R\$ 1.903,98, se corrigida, subiria para R\$ 3.689,57. Na sexta (4), o presidente Jair Bolsonaro afirmou que pretende ampliar a faixa de isenção do IR, mas não detalhou qual deve ser os critérios adotados para o cálculo nem qual a nova faixa salarial isenta de pagamento do imposto. Todo início de ano, o Sindifisco Nacional retoma a pressão para que o governo envie ao Congresso Nacional proposta de correção da tabela pela inflação passada. Em 2016, 2017 e 2018 a tabela não foi corrigida. Como ainda não foi divulgado o índice oficial de inflação de dezembro de 2018, o IPCA, as contas têm como base o último boletim. Fonte: DCI.

Proposta pretende sustar decreto sobre a terceirização na administração pública federal. O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 1063/18 pretende sustar o Decreto 9.507/18. A norma entra em vigor no dia 21 de janeiro e dispõe sobre a terceirização na administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. O autor da proposta, deputado Paulo Teixeira (PT-SP), alega que, entre outros problemas, o decreto dá margem para que os concursos públicos sejam paulatinamente substituídos por contratos administrativos com empresas terceirizadas, estendendo-se para praticamente todas as áreas da administração federal. A proposta tramita na Câmara dos Deputados e será analisada pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois seguirá para apreciação do Plenário. Fonte: Agência Câmara

Privatização de ativos da Petrobras causa preocupação no Senado. O economista Roberto Castello Branco tomou posse como presidente da Petrobras prometendo transformações profundas na estrutura da companhia. Ele quer focar na exploração e produção de gás e petróleo, acelerando a venda de ativos da empresa, inclusive no setor de distribuição e refino. O senador Otto Alencar (PSD-BA) acusa gestões anteriores de desativarem produção e refino no Brasil para depois venderem ativos da Petrobras a preço de banana. Fonte: Agência Senado

Novo presidente da Caixa anuncia venda de participações. O novo presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, anunciou hoje (7) que a instituição deverá vender participações em áreas como seguros e loterias, reforçar o financiamento imobiliário via mercado de capitais e investir em microcrédito a juros mais baixos. Guimarães tomou posse nesta manhã no Palácio do Planalto, em cerimônia da qual participaram o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Fonte: Agência Brasil

Presidente do BB confirma venda de ativos; “concorrência que se cuida.” O novo presidente do Banco do Brasil, Rubens Novaes, confirmou hoje (7) que pretende vender parte dos ativos da instituição e afirmou estar livre do drama que antes contrapunha o interesse dos acionistas minoritários e do governo. “A concorrência que se cuida”, afirmou. Fonte: Agência Brasil

Governo Bolsonaro

Novo governo sanciona 11 leis e veta benefício fiscal. O presidente Jair Bolsonaro vetou a criação de benefícios fiscais para empresas que estão na área da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) ao sancionar a Lei 13.799/19, que prorrogou os benefícios para as superintendências da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). A sanção faz parte de um pacote de 11 novas leis, as primeiras sancionadas pelo novo governo. O benefício fiscal da lei é um desconto de 75% no Imposto de Renda das empresas das regiões incentivadas e valerá até 2023. O Ministério da Economia justificou o veto afirmando que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019 não considerou a extensão dos benefícios para o Centro-Oeste. Também foi sancionada a Lei 13.794/19, que regulamenta a profissão de psicomotricista, relacionada ao aprendizado e à maturação dos movimentos do corpo humano, e cria os conselhos regionais e federal da atividade. Outra lei sancionada (13.797/19) permite às pessoas físicas realizarem doações aos fundos do idoso controlados pelos conselhos municipais, estaduais e nacional diretamente na declaração do Imposto de Renda. Também foram sancionadas as leis que conferem os títulos de capital nacional da maçã à cidade de São Joaquim, em Santa Catarina (Lei 13.790/19); e de capital nacional do moscatel à cidade de Farroupilha, no Rio Grande do Sul (Lei 13.795/19). Fonte: Agência Câmara Notícias.

Bolsonaro diz que caixa-preta de órgãos federais começou a ser aberta. Horas antes de dar posse hoje (7), em solenidade no Palácio do Planalto, aos dirigentes do Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Caixa Econômica Federal, o presidente Jair Bolsonaro disse que a caixa-preta de diversos órgãos começou a ser aberta. Segundo ele, "com poucos dias de governo, não só a caixa-preta do BNDES, mas [também] de outros órgãos", está sendo levantada e será divulgada. "Muitos contratos foram desfeitos e serão expostos, como o de R\$ 44 milhões para criar criptomoeda indígena que foi barrado pela ministra Damare e outros", completou. O presidente se refere à decisão de Damare Alves de suspender um contrato de R\$ 44,9 milhões da Fundação Nacional do Índio (Funai) que incluía a elaboração de mapeamento funcional, criação de banco de dados territoriais e implementação de criptomoeda para populações indígenas, segundo a imprensa. No final da manhã, tomarão posse no Banco Brasil, Rubem Novaes; no BNDES, Joaquim Levy; e na Caixa, Pedro Guimarães. O presidente tem hoje despachos com o ministro Augusto Nardes, do Tribunal de Contas da União (TCU), e o deputado federal Fábio Ramalho (MDB-MG). Fonte: Agência Brasil.

MEC tem agora secretarias para alfabetização e escolas militares. Com a posse do presidente Bolsonaro e do ministro Ricardo Vélez foram feitas mudanças na estrutura do Ministério da Educação (MEC). A pasta passa a contar agora com a Secretaria de Alfabetização, a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação, além de uma Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares. As novas secretarias e subsecretaria são voltadas principalmente para a educação básica, etapa que compreende desde as creches ao ensino médio. Para implementar as mudanças nas escolas, o MEC precisará do apoio de estados e municípios, que detêm a maior parte das matrículas. Baseado no alto desempenho de colégios militares em avaliações nacionais, o governo quer expandir o modelo de escolas cívico-militares. Segundo o decreto que detalha as atribuições do MEC, haverá uma subsecretaria para desenhar uma modelagem de gestão escolar que envolve militares e civis e garantir a aplicação desse modelo nos estados e municípios. As duas novas secretarias do MEC foram criadas a partir da extinção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi): a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação e Secretaria de Alfabetização. Dentro da primeira, haverá, entre outras, uma diretoria voltada apenas para pessoas surdas, a Diretoria de Políticas de Educação Bilingue de Surdos, além de uma estrutura voltada para apoio a pessoas com deficiência. Fonte: Agência Brasil.

Bolsonaro chega para superar presidencialismo de coalizão. O presidente Jair Bolsonaro tem oportunidade histórica de fazer as reformas estruturantes na economia brasileira e reverter vícios do chamado "presidencialismo de coalizão". Deve fazer isso logo no início do mandato, aproveitando a sua popularidade e a alta capacidade de comunicação direta. As avaliações são do cientista político Paulo Kramer, professor aposentado da Universidade de Brasília e, há 25 anos, assessor parlamentar e consultor de empresas para análises políticas. Kramer trabalhou como consultor voluntário da campanha de Jair Bolsonaro no Grupo de Brasília, coordenado pelo general Augusto Heleno, desde o dia 1º janeiro ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. Em entrevista à Agência Brasil, o especialista expõe que o governo recém-empossado pode fazer de imediato a reforma da Previdência Social e inaugurar um relacionamento com o Congresso Nacional, articulado pelas bancadas temáticas, menos dependente de troca de favores por meio de emendas parlamentares ou distribuição de cargos. Fonte: Agência Brasil.

Bolsonaro elogia coordenador do Enem e critica doutrinação em escolas. O presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou neste sábado (5) que o novo responsável pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o economista Murilo Resende Ferreira, vai priorizar o ensino com enfoque na medição da formação acadêmica. Em publicação na sua conta oficial no Twitter, o presidente disse que é preciso ignorar a promoção da "lacrção" e da "doutrinação" em sala de aula. O presidente também destacou a formação de Resende, que é doutor em economia pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). "Murilo Resende, o novo coordenador do Enem, é doutor em economia pela FGV, e seus estudos deixam claro a priorização do ensino ignorando a atual promoção da 'lacrção', ou seja, enfoque na

medição da formação acadêmica, e não somente o quanto ele foi doutrinado em salas de aula", tuitou. Resende, de 36 anos, foi escolhido pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, como diretor de Avaliação da Educação Básica do Instituto de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que é o órgão responsável pelo Enem. Fonte: Agência Brasil.

Governo federal lança marca e slogan pelas redes sociais. O governo federal lançou pelas redes sociais do governo e do próprio presidente Jair Bolsonaro, a logomarca com o novo slogan do governo: Pátria Amada Brasil. O lançamento foi feito com um vídeo. Antes da nova marca ser revelada, um texto lembra algumas das plataformas da campanha de Bolsonaro, como o combate à corrupção e à "erotização de crianças". "Em 2018, não fomos às urnas apenas para escolher um novo presidente. Fomos às urnas para escolher um novo Brasil, sem corrupção, sem impunidade, sem doutrinação nas escolas e sem a erotização de nossas crianças. Fomos às urnas para resgatar o Brasil", diz o vídeo. Em nota, o Palácio do Planalto afirmou que, com o lançamento da nova logomarca pelas redes sociais, houve uma economia de mais de R\$ 1,4 milhão para os cofres públicos. De acordo com a nota, esse seria o custo previsto caso a divulgação fosse feita pelos canais de TV. Fonte: Agência Brasil.

Onyx diz que redução do IR será possível após equilíbrio fiscal. O governo federal estuda a possibilidade de redução do Imposto de Renda (IR), mas não há prazo para o anúncio da medida. Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, a redução do IR será precedida de um equilíbrio fiscal no Brasil. O ministro também disse que em duas semanas será apresentado ao presidente "caminhos" possíveis para a reforma da Previdência. Onyx reforçou a intenção do governo de fazer uma mudança da idade mínima "lenta e gradual". "Vai ser feita uma transição lenta e gradual preservando o direito das pessoas, tendo um olhar humano para a reforma, fazendo as coisas gradualmente". Integrantes do governo e Bolsonaro já deram declarações no sentido de aproveitar o texto criado pela equipe do governo anterior, mas a equipe econômica está formatando a reforma que será levada adiante. O presidente manifestou a intenção de mudar a idade mínima para 57 anos, no caso de mulheres, e 62 anos, no caso de homens, com aumento gradativo, mas a proposta não foi fechada. Fonte: Agência Brasil.

Governo não vai aumentar impostos, afirma Onyx. O ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou que o governo não vai aumentar impostos, ao explicar a sanção do projeto de incentivos fiscais para as superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene). Segundo Onyx, o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) era uma das possibilidades para assegurar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em virtude da aprovação dos incentivos fiscais para a Amazônia e o Nordeste, mas essa possibilidade foi afastada. De acordo com Onyx, o presidente Jair Bolsonaro "se equivocou" ao dizer que havia assinado o aumento do IOF. O ministro Onyx Lorenzoni disse que os incentivos aprovados para Sudam e Sudene não terão influência em 2019 e, por isso, não atingem a LRF. Conforme Onyx, existe um prazo de 12 a 14 meses entre a empresa apresentar proposta para se beneficiar desses incentivos fiscais e de fato começar a usufruir desses benefícios. A Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), no entanto, ficou de fora. Segundo Onyx, a situação desta era diferente da Sudam e da Sudene e comprometeria a LRF e o orçamento público. Fonte: Agência Brasil.

Grupo de Lima recomenda que Maduro transfira poder para o Parlamento. O Grupo de Lima, formado pelo Brasil e mais 13 países, defendeu sexta (4) que o presidente reeleito da Venezuela, Nicolás Maduro, não assuma no próximo dia 10 e transfira o poder para a Assembleia Nacional (Parlamento). O grupo também condenou qualquer possibilidade de intervenção no país vizinho. O Grupo de Lima é um foro multinacional criado para buscar uma saída para a crise venezuelana. Segundo o grupo, não há legitimidade no processo de reeleição de Maduro. Em declaração conjunta, divulgada após reunião em Lima, no Peru, o grupo reitera que a reeleição "carece de legitimidade" porque não contou com a "participação de todos os atores políticos venezuelanos, nem com a presença de observadores internacionais independentes". O texto ressalta que não há apoio a qualquer alternativa de intervenção na Venezuela. A declaração condena "qualquer provocação ou operação militar que ameace a paz e a segurança na região". Para o Grupo de Lima, é necessário adotar medidas para impedir que funcionários graduados do governo Maduro ingressem em seus países ou operem através de seus bancos. Ao mesmo tempo, o documento apoia Assembleia Nacional – o parlamento venezuelano, de maioria opositora, eleito em dezembro de 2015. A reunião do Grupo de Lima foi a primeira atividade no exterior do chanceler Ernesto Araújo no posto. O ministro das Relações Exteriores participou de uma reunião na embaixada do Chile para discutir o futuro da União de Nações Sul-americanas (Unasul) a crise na Nicarágua. Desde abril de 2018, eclodem protestos nas principais cidades da Nicarágua. A estimativa é que mais de 300 pessoas morreram nas manifestações contrárias ao governo do presidente nicaraguense, Daniel Ortega. O ex-guerrilheiro, que cumpre seu terceiro mandato consecutivo, é acusado de repressão e desrespeito aos direitos humanos e liberdade de expressão. Fonte: Agência Brasil.

Bolsonaro é aconselhado por interlocutores a evitar temas econômicos em suas falas. Durante o fim de semana, interlocutores próximos do presidente Jair Bolsonaro recomendaram que ele evite falar de economia para evitar a confusão gerada na última sexta-feira, quando Bolsonaro falou sobre reforma da Previdência, aumento do Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) e redução de imposto de renda, com ruído na equipe econômica. A expectativa de

auxiliares é que depois desse episódio, Bolsonaro escolha rapidamente um "porta-voz", para evitar o desgaste de ser desmentido novamente e ter que falar sobre todos os temas. Durante o fim de semana, o ministro Paulo Guedes manteve contato telefônico com seus assessores técnicos, numa demonstração que tudo foi normalizado. Havia uma preocupação com a reação de Guedes em relação às declarações de Bolsonaro. Mas como houve a fala do chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, corrigindo a fala do presidente, a avaliação interna é que esse episódio foi superado. Fonte: G1 Notícias.

Governo deve editar nesta semana MP contra fraude na Previdência. O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse que nesta semana, "deve aparecer" uma medida provisória editada pelo governo contra fraudes na Previdência, com foco no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Ele disse que o presidente Jair Bolsonaro ainda não viu o texto da medida provisória – mas que a Casa Civil e a equipe econômica já o validaram e querem apresentá-lo ao presidente ainda nesta semana. Nesta segunda-feira (7), Onyx vai se reunir com o ministro da Economia, Paulo Guedes. Também nesta semana o texto da Reforma da Previdência será discutido com o presidente. Até o começo do ano legislativo, em fevereiro, o governo quer ter todos os detalhes do projeto fechado para apresentá-lo aos congressistas. Alguns dos principais governadores do país também trabalham pela reforma. O governador de São Paulo, João Doria, disse ao blog que, no dia 30 de janeiro, vai reunir, na capital paulista, outros governadores para discutir a reforma. Na semana passada, Doria declarou apoio ao deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) para o comando da Câmara. Fonte: G1 Notícias.

Governo vai fiscalizar ONGs para 'otimizar' o repasse de recursos públicos. O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz, disse em entrevista ao G1 que a pasta vai fiscalizar Organizações Não-Governamentais (ONGs) para "otimizar" o repasse de recursos públicos às entidades. De acordo com o ministro, a ideia é verificar se os trabalhos desenvolvidos pelas ONGs estão cumprindo o papel de complementar ações governamentais. Serão fiscalizadas mesmo aquelas que não recebem dinheiro público. A primeira medida provisória assinada pelo presidente Jair Bolsonaro assim que assumiu a Presidência atribuiu à Secretaria de Governo a responsabilidade de supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades de ONGs, assim como ações de organismos internacionais no Brasil. Algumas dessas entidades receberam a medida como uma tentativa de intimidação. Para Santos Cruz, o objetivo do governo não é interferir nas organizações, mas tornar a relação com o governo mais transparente e garantir o serviço para a população. Santos Cruz disse que, inicialmente, a Secretaria de Governo vai fazer um levantamento do número de ONGs em atividade no país e o campo de atuação de cada uma. Num segundo momento, de acordo com o ministro, será feita uma avaliação sobre a efetividade das ações prestadas pelas ONGs. Ele não disse o que pode acontecer com as entidades que não alcançarem os resultados esperados. Fonte: G1 Notícias.

Bolsonaro sinaliza reforma da Previdência somente para seu mandato e preocupa mercado. O presidente Jair Bolsonaro sinalizou disposição de aprovar uma reforma da Previdência para valer apenas durante o seu mandato, o que gerou preocupação entre economistas e operadores do mercado. Se a proposta vingar, não haverá garantia de reversão do desequilíbrio das contas públicas no médio e longo prazo, principal desafio do país para voltar a crescer de forma sustentável. Bolsonaro defendeu elevar a idade mínima de aposentadoria para 62 anos (homens) e 57 anos (mulheres) até 2022, último ano de seu mandato. Depois, segundo ele, o próximo presidente "reavaliaria a situação para passar para 63 ou 64 anos", entre 2023 e 2028. Na primeira leitura feita por especialistas, ele estaria se propondo a aprovar uma idade mínima apenas para seu governo. O exemplo citado pelo presidente consta da atual regra de transição, aprovada em comissão especial da Câmara, para os servidores públicos. Por essa regra, a idade subiria para 57 anos para mulheres e 62 para homens até 2022. No caso dos trabalhadores do setor privado, seria diferente. Em 2022, seria de 55 anos para mulheres e 57 para homens. Fonte: G1 Notícias.

Posição de Bolsonaro sobre possível base dos EUA desagrada militares. Repercutiu mal entre os militares a sinalização do presidente Jair Bolsonaro sobre a possível instalação de uma base militar norte-americana no território brasileiro, e as Forças Armadas são contra essa possibilidade, disse à Reuters uma alta fonte militar neste sábado. A posição de Bolsonaro desagrada os militares, entre outras questões, por levantar discussões sobre a soberania nacional. O novo chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, confirmou a abertura de Bolsonaro a uma possível base dos EUA em entrevista a repórteres em Lima, na sexta-feira, após encontro de chanceleres da região sobre a crise atravessada pela Venezuela. Fonte: Reuters.

Governo quer pacto com Congresso para agilizar projetos que destravam negócio. O governo de Jair Bolsonaro quer criar um atalho no Congresso Nacional para agilizar a aprovação de projetos ligados principalmente à infraestrutura, numa tentativa de destravar investimentos. O governo selecionou um conjunto de medidas que já estão em tramitação e vai propor um pacto ao Legislativo para facilitar a aprovação desses projetos, que têm potencial para melhorar o ambiente de negócios no País. O pacto faz parte da programação do Ministério da Infraestrutura para os primeiros 100 dias de governo. Ele deve ser proposto em fevereiro, após definidos os comandos das duas Casas e das comissões temáticas. Entre os projetos que entrariam no pacto, estão o que regula o licenciamento ambiental, as desapropriações, a nova lei para contratações públicas, o novo marco das agências reguladoras. Também entrariam

propostas com impacto sobre toda a economia, como a Lei Complementar de Finanças e a revisão da Lei de Falências. Em alguns casos, segundo Tarcísio, alterações podem ser negociadas. O ministro avalia que a prioridade imediata é a aprovação da reforma da Previdência, mas diz que as agendas não competem e podem ser até complementares. Fonte: O Estado de S. Paulo.

No Twitter, Bolsonaro critica gastos do Ibama. Após o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, postar nas redes sociais um comentário a respeito de contrato de aluguel de carros para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o presidente Jair Bolsonaro afirmou que havia no Brasil um sistema para "violentar financeiramente" as contas públicas. O contrato em questão, de R\$ 28,7 milhões, se refere ao aluguel de 393 viaturas em unidades do Ibama em todo o País, segundo o órgão, que disse que o valor previsto inicialmente para o contrato era ainda maior, além de ter sido aprovado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Nem Bolsonaro nem Salles deram detalhes sobre quais seriam as irregularidades na contratação de aluguel de carros. O Ibama considerou que a crítica do presidente demonstra "completo desconhecimento" do tamanho e das funções da autarquia. O contrato em questão, segundo o órgão, diz respeito a veículos que foram adaptados especialmente para atividades de fiscalização, combate a incêndios florestais e ações de inteligência do órgão, entre outras. Com abrangência para todos os Estados e o Distrito Federal, o valor inclui combustível, manutenção e seguro dos veículos, com substituição a cada dois anos. No caso do patrulhamento da região amazônica, ainda segundo o Ibama, os valores não saíam do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, mas sim do Fundo Amazônia com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Fonte: O Estado de S. Paulo.

Presidente do Ibama pede exoneração após ministro questionar contrato de aluguel de caminhonetes. A presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Suely Araújo, pediu exoneração do cargo nesta segunda-feira (7). O pedido foi feito um dia após o novo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, ter criticado no Twitter um contrato de locação de veículos do órgão. Suely assumiu o cargo no Ibama no governo do ex-presidente Michel Temer. No pedido de exoneração (leia a íntegra mais abaixo), ela argumentou que, mesmo antes do presidente Jair Bolsonaro assumir, o nome do seu sucessor já vinha sendo "amplamente" comentado na imprensa e dentro do próprio Ibama. Fonte: G1

Governo Bolsonaro herda R\$ 292 bi em investimentos engatilhados. Os projetos de infraestrutura já contratados ou engatilhados têm um potencial de investimento de R\$ 339 bilhões nos próximos anos. Do total, R\$ 291,6 bilhões devem se concentrar em cinco anos – ou seja, a maior parte ocorrerá no governo Jair Bolsonaro. O levantamento foi feito pelo banco Itaú BBA com exclusividade para a Folha e leva em conta concessões de infraestrutura no âmbito federal. São obras do porte da rodovia BR-364/365, que liga Uberlândia (MG) a Jataí (GO), ou da ferrovia Norte-Sul, em construção há cerca de 30 anos, mas que tem trechos com edital já publicado e leilão marcado para março. Fonte: Folha de S. Paulo

Bolsonaro sanciona lei que regulamenta criação de fundos patrimoniais. O presidente Jair Bolsonaro (PSL) sancionou na sexta-feira (4) a lei que regulamenta a criação de fundos patrimoniais, mecanismo que possibilita maior sustentabilidade financeira para organizações sem fins lucrativos. A aprovação foi publicada nesta segunda (7). Após Michel Temer (MDB), autor da Medida Provisória que originou a lei, deixar o cargo sem avaliar a regulamentação, o texto foi aprovado no limite do prazo. A demanda para que uma legislação fornecesse segurança jurídica aos chamados endowments já vinha sendo feita há algum tempo pelo terceiro setor. O incêndio do Museu Nacional em setembro de 2018, que evidenciou a falta de financiamento, foi o estopim para a publicação da MP. Fonte: Folha de S. Paulo

Ministério da Saúde ofertará fórmulas alimentares à crianças com alergia ao leite. As crianças com até dois anos de idade, que são alérgicas à proteína do leite de vaca (APLV), terão acesso gratuito, no SUS, a três novas fórmulas alimentares. É que, o Ministério da Saúde incorporou, recentemente, soluções nutricionais à base de soja; de proteína extensamente hidrolisada com ou sem lactose; e de aminoácidos, que trarão benefícios importantes para o desenvolvimento desses pequenos. A estimativa é de que essa novidade atenda a mais de 38,5 mil pacientes, já em 2019, e deve estar disponível nas unidades públicas de saúde de todo o país em até 180 dias. A incorporação destas novas tecnologias para as crianças foi um pedido do próprio Ministério da Saúde, que recomenda a fórmula, derivada da soja, como primeira opção para crianças de 6 a 24 meses com a doença. Já as outras duas (Proteína extensamente hidrolisada e aminoácidos), serão indicadas para aquelas que não podem fazer uso da fórmula de soja – que não respondem a esse tratamento –, ou que possuem a APLV não desencadeada por anticorpos IgE. Fonte: ASCOM - MS.

Governo planeja fiscalização em benefícios do INSS e mudança de regras para auxílio-reclusão. O governo de Jair Bolsonaro planeja fazer um pente fino em benefícios pagos pelo INSS e rever regras previdenciárias. O objetivo é identificar irregularidades como acúmulo indevido de benefícios e morte do usuário. De acordo com o INSS, em 2018 mais de 955 mil processos do órgão eram suspeitos de irregularidades. De acordo com informações do jornal Folha de S. Paulo, os fiscais que identificarem irregularidades devem receber um bônus de R\$ 57,50 como forma de incentivo. Já descontados os valores estimados para os bônus -estimados em R\$ 56,9 milhões-, o governo espera uma

economia de R\$ 9,3 bilhões por ano após a ação. Os principais benefícios fiscalizados devem ser o auxílio-reclusão, a pensão por morte e a aposentadoria rural dos últimos seis meses -antes, só beneficiados há mais de dois anos eram vistoriados. Fonte: Congresso em Foco.

Falta clareza entre Itamaraty e pasta da Economia sobre política externa. Há alguns pontos contraditórios entre o discurso do novo ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o perfil dos membros do Ministério da Economia no que diz respeito à política externa e abertura comercial, afirmam analistas. Justamente por isso, eles avaliam que ainda é difícil prever como irá se desdobrar o comércio do Brasil com o mundo nos próximos anos. Araújo reforçou, durante o seu discurso de posse no último dia 2, algumas ideias expressas já no final do ano passado, como uma necessidade do Brasil reavivar o nacionalismo e a sua soberania. Por outro lado, o especialista da ESPM ressalta que já está claro que o perfil da Secretaria de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia é mais pragmático e alinhado à abertura comercial. Fonte: DCI.

Levy: BNDES precisa mudar para responder às novas condições do país. Ao tomar posse hoje (7) na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy afirmou que a instituição precisa continuar se transformando para responder às novas condições do país, às expectativas da nação e às promessas do governo. O ministro da Economia Paulo Guedes, assina termo de posse do presidente do BNDES, Joaquim Levy, durante cerimônia de posse aos presidentes dos bancos públicos. Levy tomou posse no Palácio do Planalto, em cerimônia da qual participaram o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes. Com experiência na administração pública, Levy foi ministro da Fazenda de janeiro a dezembro de 2015, no segundo mandato de Dilma Rousseff, com a promessa de realizar um ajuste fiscal para conter os gastos públicos. Engenheiro naval de formação, Levy tem doutorado em economia da Universidade de Chicago (Estados Unidos), na qual também estudou Paulo Guedes. Joaquim Levy foi ainda secretário do Tesouro Nacional entre 2003 e 2006, durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Antes, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi secretário adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, no ano 2000. De 2010 e 2014, Levy foi diretor do Banco Bradesco. Para assumir a presidência do BNDES, Levy deixou a Diretoria Financeira do Banco Mundial. Fonte: Agência Brasil

Presidente do BB pede restabelecimento da confiança nas instituições. O presidente do Banco Brasil (BB), Rubem Novaes, afirmou hoje (7) que as instituições têm a responsabilidade de reverter o quadro que o país viveu nos últimos anos. Na cerimônia em que tomou posse, no Palácio do Planalto, ele disse que os dirigentes das instituições devem restabelecer a confiança da população e de empresários do setor privado para que a economia e a credibilidade no país sejam fortalecidas. O economista, que estudou na mesma Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, pela qual o ministro da Economia, Paulo Guedes, concluiu seu doutorado, atuou ao longo de todo o período de transição de governo ao lado da equipe econômica de Bolsonaro. No período, Novaes, que foi indicado para o cargo apenas em 22 de novembro, iniciou conversas com integrantes da atual estrutura do BB. No discurso de posse, Novaes afirmou se disse confiante no apoio à sua gestão. “Uma administração deve ser eficiente, transparente e honrada. Tenho certeza [de] que, com a equipe que estamos montando, esse objetivo será plenamente cumprido”, afirmou. Novaes foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), professor da Fundação Getúlio Vargas e presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Fonte: Agência Brasil

Bolsonaro quer transparência em atos dos governos atual e anteriores. O presidente Jair Bolsonaro disse que a transparência será marca de seu governo e reforçou a missão aos novos dirigentes de bancos estatais que assumiram hoje (7) o comando do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e do BNDES. Segundo ele, essa tarefa terá que abranger inclusive atos do passado promovidos pelos “amigos do rei” dentro destas instituições. Bolsonaro destacou que a escolha dos três novos presidentes de bancos foi feita exclusivamente pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo ele, essa liberdade dada a todos os ministros de seu governo inaugura um novo modelo de gestão. Ao retomar a orientação para que todo seu governo trabalhe com transparência, Bolsonaro aproveitou o discurso de posse na solenidade, que ocorreu no Palácio do Planalto, para anunciar a democratização de verbas publicitárias. O assunto, segundo ele, foi tratado com a equipe econômica. O recado também foi transmitido para as organizações não governamentais (ONGs) que, de acordo com Bolsonaro, terão o repasse de recursos submetido a um “rígido controle, para que possamos fazer com que recursos públicos sejam melhor utilizados”. Fonte: Agência Brasil

José Henrique Pires é nomeado como secretário da cultura. A nomeação do jornalista gaúcho José Henrique Medeiros Pires para a Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania foi publicada nesta sexta-feira (4) no Diário Oficial da União. Ele terá como secretário especial adjunto, José Paulo Soares Martins. Pires já trabalha com o ministro Osmar Terra desde 2016, quando ocupava o cargo de chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O jornalista e radialista é graduado em Estudos Sociais pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas (UFPel – RS), com especialização em formulação de políticas públicas pela Universidade de Salamanca (Espanha). Fonte: Telesintese.

Governo Bolsonaro terá de negociar dismantelamento de programas fiscais. O governo de Jair Bolsonaro terá de entrar em sua primeira negociação comercial, antes mesmo de completar um mês no poder. A partir de quinta-feira, 10, começa a correr o prazo de 45 dias para que o Brasil, UE e Japão estabeleçam um cronograma claro para a retirada dos incentivos fiscais ilegais concedidos às empresas brasileiras e condenados pela Organização Mundial do Comércio (OMC). O prazo para um acordo começa a correr a partir desta sexta-feira, dia 11, quando a condenação sofrida pelo Brasil será oficialmente adotada numa reunião da OMC. Fonte: O Estado de S. Paulo

Poder Judiciário

CNJ avalia ampliar varas colegiadas para crime organizado. À frente do grupo de Segurança Pública e Institucional no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), quer difundir no Brasil a criação de varas colegiadas para processar delitos praticados pelo crime organizado e conexos. Moraes afirmou ao Estado que não há como combater este tipo de criminalidade sem que o Estado ofereça condições mínimas de segurança aos magistrados, que ficam expostos ao julgar, de forma individual, os membros de organizações ligadas ao tráfico de drogas e armas, por exemplo. Por isso, defende que essas varas especializadas na primeira instância da Justiça tenham cinco juízes fixos, em vez de apenas um. Levantamento do CNJ revelado pelo Estado em maio mostrou que, à época, havia 110 magistrados sob ameaça no País – seis em cada mil juízes. Moraes observa que a proteção desses magistrados é atualmente feita de forma repressiva, e não preventiva. O mapeamento feito pelo CNJ mostra justamente que os riscos na atuação profissional são maiores para os juízes de primeira instância – a média sobe para 7 em cada mil – e menores para desembargadores, quando o índice cai para 2 por mil. Fonte: O Estado de S. Paulo

Reajustes de até 350% em taxas judiciárias são inconstitucionais, afirma Raquel. Em pareceres enviados ao Supremo, procuradora-geral ataca leis estaduais que aumentam excessivamente cobrança por serviços judiciais. Para a procuradora-geral, Raquel Dodge, é inconstitucional a ‘cobrança excessiva ou desproporcional’ de taxas judiciárias por parte dos estados. O entendimento da PGR foi apresentado ao Supremo em três pareceres em ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs). Para a Procuradoria, no entanto, não há excessos no reajuste das custas judiciais, apenas com relação à taxa judiciária. A primeira serve como contraprestação à atuação de órgãos judiciais, como a magistratura, a segunda volta-se às despesas de movimentação dos atos judiciais. Neste caso, o aumento do teto da taxa judiciária chegou a subir 350% em algumas categorias. Para Raquel ‘há majoração exorbitante’ em apenas um dos questionamentos da OAB, o que justifica a procedência parcial do pedido. Fonte: Folha de S. Paulo

Último Foco

Permanência da ANPD na presidência deverá ser questionada no Congresso. Advogados especializados na área do Direito e Tecnologia ficaram, ao mesmo tempo, satisfeitos e desconfiados com a publicação da medida provisória 869/18 no final de dezembro por Michel Temer, e reiterada pela MP 870 emitida dia 1 pelo presidente Jair Bolsonaro. O texto criou a Agência Nacional de Proteção de Dados Pessoais, o que gerou alívio. Mas há preocupação quanto ao seu funcionamento, uma vez que a agência foi colocada dentro da Presidência da República e sem orçamento. O temor é que, como está, a redação da MP coloque a perder um dos objetivos da Lei de Proteção de Dados Pessoais, que era fazer do Brasil um porto seguro para a troca de dados com os países da União Europeia. Caso os europeus entendam que a ANPD não tem autonomia por estar submetida à Presidência, podem barrar o fluxo de dados pessoais com o Brasil. Fonte: Tele Sintese.

Ministro Marcos Pontes participa de reunião ministerial no Palácio do Planalto. O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, participou da primeira reunião ministerial realizada pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, na quinta-feira (3), no Palácio do Planalto. Na ocasião, foram discutidas as principais medidas que serão adotadas pelo governo nos primeiros cem dias. No MCTIC, será dada atenção especial ao aprimoramento de projetos de dessalinização da água do semiárido, em parceria com Israel, à expansão do acesso à internet banda larga, especialmente em áreas remotas do país, e também à formação científica de crianças e jovens nas escolas públicas. Fonte: ASCOM-MCTIC

eSocial: última fase promete ser a mais complexa de todo o projeto. A partir de julho deste ano, as empresas brasileiras que faturaram acima de R\$ 78 milhões em 2016 precisarão cumprir a quinta e última etapa do eSocial, que promete ser a mais complexa de todo o projeto do governo federal. Os desafios envolvendo as obrigações de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) são grandes, segundo Sátila Silva, Gerente de Planejamento da LG lugar de gente, empresa-líder em tecnologia para gestão de RH. Isso porque, enquanto os demais leiautes foram adaptados de

rotinas já realizadas pelas empresas, no caso de SST, muitas companhias não possuem informações estruturadas e automatizadas. Fonte: Convergência Digital

Anatel estabelece PTTs em seis cidades. A Anatel publicou ato no Diário Oficial da União da última sexta-feira, 4, em que estabelece os Pontos de Troca de Tráfego (PTTs) em atendimento às condições estabelecidas no Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). Conforme a determinação, as prestadoras com Poder de Mercado Significativo (PMS) deverão implantar os pontos em seis cidades. Os PTTs são pontos de troca de tráfego em que grandes provedores de conteúdo oferecem conexão direta e onde grandes provedores de acesso se conectam para peering. Com o estabelecimento da regra, os provedores locais terão garantida a possibilidade de contratação de capacidade de transporte em condições reguladas. Fonte: Teletime

Suspensão indicador de completamento de chamadas no SMP. A Anatel suspende, de forma cautelar, a eficácia do artigo 16 do regulamento de qualidade do Serviço Móvel Pessoal, aprovado em 2011. A medida, tomada em circuito deliberativo, ocorreu a partir de pedido do sindicato de operadoras SindTelebrasil. A suspensão, que foi aprovada por unanimidade e publicada em acórdão no Diário Oficial da União desta segunda-feira, 7, vale até a conclusão da revisão do Regulamento de Qualidade dos serviços, que tramita no órgão regulador. O artigo em questão trata do indicador de completamento de chamadas em até 67% dos casos, em períodos de maior movimento (SMP4). No acórdão, os conselheiros reconhecem que há dificuldade para operadoras em alcançar a meta estabelecida. Além disso, a Anatel também entende que, diante de análise de resultados, há relevante grau de influência do comportamento dos consumidores na possibilidade de cumprimento da meta estabelecida para o indicador. Fonte: Teletime

Dados inúteis geram valor, dinheiro e uma nova função na TI. Existem, hoje, 21 profissões promissoras para os próximos dez anos, revela estudo da Cognizant. A pesquisa é uma continuação do material apresentado no ano passado, que apresentava outras 21 ocupações. O foco de ambos os estudos é mostrar carreiras de baixo a alto nível de conhecimento tecnológico. Além do levantamento, a Cognizant lançou o índice Cognizant Jobs of the Future (CJoF), que medirá trimestralmente a velocidade de crescimento desses novos empregos. Fonte: Convergência Digital